

para
Texto

discussão

INVISIBILIDADE E PRECONCEITO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DOS CIGANOS NO DISTRITO FEDERAL

Larissa Maria Nocko
Lidia Cristina Silva Barbosa
Thiago Mendes Rosa
Pedro Meirelles Nemrod Guimarães
Tamara Vaz de Moraes Santos

nº 15/maio de 2016
ISSN 2446-7502

**Invisibilidade e preconceito: um estudo
exploratório dos ciganos no Distrito Federal**

Larissa Maria Nocko¹
Lidia Cristina Silva Barbosa²
Thiago Mendes Rosa³
Pedro Meirelles Nemrod Guimarães⁴
Tamara Vaz de Moraes Santos⁵

Brasília-DF, maio de 2016

¹ Larissa Maria Nocko, gerente Estudos e Análises de Promoção Social - DIPOS/Codeplan.

² Lidia Cristina Silva Barbosa, gerente de Estudos e Análises Transversais - DIPOS/Codeplan.

³ Thiago Mendes Rosa, assessor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/Codeplan.

⁴ Pedro Meirelles Nemrod Guimarães, estagiário da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/Codeplan.

⁵ Tamara Vaz de Moraes Santos, estagiária da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/Codeplan.

Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2014](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 15 (2016) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2016.

n. 15, maio, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

ISSN 2446-7502

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. CODEPLAN.

CDU 338 (817.4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Antônio Fúcio de Mendonça Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Políticas Sociais (respondendo)

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS CIGANOS NO MUNDO E NO BRASIL	9
2.1. Organização e características.....	9
3. IDENTIFICAÇÃO DOS CIGANOS NO CADASTRO ÚNICO	14
4. ENTREVISTA COM A SRA. ELISA COSTA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ - AMSK	21
5. ENTREVISTA NO ACAMPAMENTO DE SOBRADINHO, SOB LIDERANÇA DO SR. VANDERLEI	24
6. ENTREVISTA COM A SRA. SÔNIA, REPRESENTANTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER NO DISTRITO FEDERAL	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

RESUMO

Este trabalho buscou realizar uma pesquisa exploratória a respeito da comunidade cigana no Distrito Federal. A partir de um breve levantamento das suas origens e tradições presentes na literatura, dos dados do Cadastro Único de Políticas Sociais e de entrevistas com membros das etnias Ron e Calon, tentou-se compreender melhor a dinâmica dessa comunidade invisibilizada pela sociedade e identificar as suas principais demandas por políticas públicas. O Cadastro Único aponta os ciganos como um povo com profundas vulnerabilidades sociais, tanto nos aspectos domiciliares, quanto nos aspectos pessoais. Com relação aos aspectos qualitativos, os resultados do trabalho mostraram a preocupação dos seus membros em não se permitir que as tradições pereçam, a constante realidade de convivência com o preconceito e, vinculada a isso, a demanda por inclusão social. A presença dos ciganos nas mais diversas atividades econômicas, instituições, crenças e faixas de renda, bem como sua diversidade étnica, enaltece a heterogeneidade desse povo. A ausência de unicidade na representação e a diversidade das demandas são identificadas como o grande desafio para o desenho de políticas públicas que visem a conciliar medidas de combate à desigualdade aos mecanismos que garantam seus direitos como comunidade tradicional. Destaca-se a escassez de dados oficiais disponíveis para estudos voltados aos povos ciganos.

Palavras-chave: Ciganos, Preconceito, Políticas públicas

1. INTRODUÇÃO

No dia 24 de maio de 2016, completa-se uma década da instituição do Dia Nacional do Cigano. À época que foi instituído, além de se tratar de um marco importante na história das relações entre o povo brasileiro e os povos ciganos, representou também uma ação pelo combate à invisibilidade de uma comunidade tradicional que há séculos reside no território brasileiro e contribui para a formação histórica e cultural do País e que, no entanto, ainda é frequentemente tratada como um problema de segurança pública por onde se estabelece.

O próprio nomadismo, por vezes citado como um traço característico dos povos ciganos, possui relação direta com seu surgimento, expulsos de seu território original, e contribuiu para criar e consolidar relações históricas galgadas no preconceito. Diversos relatos associam a mobilidade cigana à perseguição: no momento em que se percebia a presença de um acampamento cigano instalado nos arredores, se estabelecia o clima de desconfiança na região. Assim, instaurada a perseguição, o acampamento buscava outra localização que garantisse o seu alojamento com alguma segurança. A mesma concepção galgada no preconceito é identificada, atualmente, quando estes brasileiros de etnia cigana demandam serviços públicos nas escolas e universidades, no mercado de trabalho, na representação política, nos serviços de segurança, nos espaços públicos e em diversas outras instituições que lhes conferem tratamento diferenciado, com base em um julgamento negativo pré-concebido ligado exclusivamente à sua tradição.

Esse convívio com o preconceito se reflete na permanente invisibilidade dessa população, uma vez que o Estado não sabe quem são essas pessoas e onde elas estão e, por vezes, os ciganos optam por preservar sua identificação devido a todo o histórico de perseguição, incorrendo assim na subidentificação do número de ciganos e de seus acampamentos. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic) registrou a ausência de acampamentos ciganos no Distrito Federal em 2014, no entanto, este estudo exploratório da Codeplan registrou a presença de dois – um deles abandonado recentemente – instalados na região abrangida pela pesquisa. Além disso, também foi relatada a presença de outras comunidades ciganas instaladas em casas, chácaras e de forma provisória em hotéis. Essa limitação dos dados não se verifica apenas localmente, uma vez que as estimativas do tamanho da população cigana no Brasil divergem grosseiramente, variando entre meio milhão (Souza *et al.*, 2009) e 800 mil conforme estimativas não oficiais.

Por esse motivo, a Codeplan desenvolveu este estudo exploratório, tendo em vista levantar e difundir informações a respeito das comunidades ciganas no Distrito Federal, suas origens, tradições e demandas. Os dados utilizados provêm do Cadastro Único para Programas Sociais, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), única fonte de dados encontrada que caracteriza parte dessa população. Ressalta-se que essa fonte de informações contempla apenas famílias de baixa renda (até meio salário mínimo por pessoa), fornecendo informações para uma parte muito específica dos ciganos. A parcela qualitativa dos dados foi coletada a partir de entrevistas e visitas em campo realizadas com a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil), no acampamento de Sobradinho e individualmente com membros das etnias Calon e Rom.

Assim, este trabalho é composto por outros seis capítulos além dessa introdução. O segundo reúne diversos estudos a respeito dessa comunidade tradicional, compondo uma

revisão da literatura teórica acerca do tema. O terceiro capítulo descreve os dados provenientes do Cadastro Único, fornecendo um panorama quantitativo aos desdobramentos seguintes. O quarto capítulo apresenta o depoimento da senhora Elisa Costa, presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kalí. O quinto relata a visita ao acampamento de Sobradinho, no Distrito Federal, e as informações transmitidas pelos seus moradores, principalmente pelo senhor Vanderlei e sua filha Daiane. O sexto apresenta o relato da senhora Sônia, cigana da etnia Rom que vive numa chácara em Brazlândia com a sua comunidade e concordou em contribuir com o presente estudo. O último capítulo encerra o trabalho com as considerações finais.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS CIGANOS NO MUNDO E NO BRASIL

Moraes Filho (1885 *apud* Castro, 2011) aponta não existir consenso acerca da origem dos ciganos. A hipótese mais difundida é de que eles eram originários da Índia, dada a semelhança da língua hindi e do sânscrito (Moonen, 2011), além de aspectos físicos, maneiras de viver, crenças e superstições semelhantes, tipos de trabalhos e vestimentas. Devido aos conflitos ocorridos na região, os ciganos foram expulsos de suas terras, tornaram-se um povo nômade e chegaram à Europa Ocidental entre o século XII e XV. Todavia, existem teses de que os ciganos possam ser originários do Egito ou da Pérsia.

Sua chegada à Europa e a dispersão pelo território causou diversos conflitos, dada a enorme diferença cultural existente entre os ciganos e as sociedades estabelecidas naquela época. Desde o início, os ciganos foram marginalizados e discriminados, sendo o nomadismo uma imposição e, ao mesmo tempo, uma necessidade de sobrevivência para esse grupo. E foi justamente esse fato que fez com que os ciganos construíssem aspectos culturais tão marcantes e diferenciados da sociedade convencional, mantendo um capital social bastante fortalecido em prol de sua sobrevivência.

Seu surgimento no Brasil está associado justamente às perseguições que ocorriam ao povo cigano em Portugal, por volta do século XVI, quando seus membros foram deportados para o país. Sua perseguição era majoritariamente associada ao simples fato de serem identificados como ciganos e, por esta razão, associados aos problemas da época (por exemplo, epidemias) ou por terem crenças amplamente destoantes da organização social predominante do período (Teixeira, 2008). Desse modo, a aplicação do degredo aos ciganos era comum, tendo as colônias como principal destino. Outros conflitos ocorridos na Europa, como as Guerras Mundiais, contribuíram para a vinda dos ciganos ao Brasil, uma vez que o rótulo de ciganos lhes conferia perseguições decorrentes do conflito. A condição de minoria social com elevado número de membros fez dos ciganos alvo de diversas perseguições, principalmente por parte do regime nazista. Em defesa aos direitos dos ciganos contra as perseguições sofridas, com destaque para o holocausto cigano ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, o dia 8 de abril foi oficializado como Dia Internacional do Povo Cigano, em 1990. A data remete ao I Congresso Mundial Romani, realizado em 1971. No Brasil, o povo cigano ganhou maior visibilidade com a instituição do Dia Nacional do Cigano, em 24 maio de 2007.

2.1. Organização e características

Os ciganos são identificados em três etnias distintas, Rom, Sinti e Calon, que estão intimamente ligadas à origem de migração: os Rom, originários da Europa Oriental; os Sinti predominantemente da Alemanha, Holanda, França, Itália, Áustria e Bélgica; e os Calon, com proveniência dos países ibéricos. Tais unidades podem ainda ser subdivididas em estados – Vitchas, conforme a profissão ou procedências mais específicas da unidade – por exemplo, os Horranes, os Mordovaias, os Matchuauas, os Lovaris e os Kalderashes (Guimarães, 2012, p.76-77).

É importante destacar que a tarefa de caracterizar os povos ciganos não é trivial, uma vez que “[...] não falam a mesma língua, nem todos vivem em acampamentos, nem todos fazem fogueira e leem a sorte, no entanto todos se autodenominam por ciganos

(Castro, 2011, p. 110). ” Ao contrário do que é comumente entendido por parte dos não ciganos (*gadjés*), nem todos os ciganos são nômades. Atualmente, muitos ciganos já adotaram a vida sedentária, alguns são seminômades e outros permanecem sendo nômades, mantendo suas vidas em acampamentos e em barracas.

Frans Moonen, define “cigano” como:

“[c]ada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se autoidentifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro. O tamanho deste grupo não importa; pode ser até um grupo pequeno composto de uma única família extensa; pode também ser um grupo composto por milhares de ciganos. Nem importa se este grupo mantém reais ou supostas tradições ciganas, se ainda fala fluentemente uma língua cigana, ou se seus membros têm características físicas supostamente ‘ciganas’ (Moonen, 2013, p. 7.apud Oliveira, 2013).”

Buscando fazer uma caracterização mais objetiva, a partir de características observáveis, Castro (2011) coloca que:

“[a]lguns traços característicos são: a forma de moradia, as práticas matrimoniais, o papel atribuído aos mais velhos, a hierarquia tanto de idade quanto de gênero, práticas linguísticas, profissão, aparência (roupas, adornos), estrutura familiar, importância à virgindade da mulher, ritual de casamento, leis próprias, festas, luto demorado (p.112).”

Dessa forma, a autora agrupa a tradição e a organização cigana em “*em três grandes pilares: gênero, idade e divisão do trabalho (Castro, 2011, p.113)*”. Os homens têm papel central na organização social dos ciganos, cabendo a eles as principais decisões. As mulheres ficam com atribuições de apoio, todavia essenciais para a manutenção da comunidade. Já os períodos de idade marcam passagens na vida cigana, como a infância, a vida adulta (com o casamento e o nascimento dos filhos) e a velhice, com a transmissão dos conhecimentos acumulados ao longo de suas vidas às gerações subseqüentes.

Os ciganos têm em sua organização social a figura de um líder, do sexo masculino⁶, geralmente respeitado pelos demais membros da comunidade e com notórios atributos morais. Tais líderes podem ser escolhidos em cada mudança de acampamento ou ter uma pessoa permanente que coordene a comunidade. Pessoas chaves, como mulheres mais velhas e com notório respeito dentro do convívio, são nomeadas para resoluções de conflitos ou para tratar de assuntos de interesse do acampamento. Essa organização é aplicada aos ciganos que ainda permanecem como nômades ou, em certo modo, aos seminômades.

A vestimenta e os adereços utilizados pelos ciganos lhes são muito estimados, uma vez que proporcionam a eles a visibilidade e a identidade cultural perante sua própria comunidade e ao povo não cigano. Sendo assim, os adornos, as joias e os dentes de ouro caracterizam e sinalizam seu pertencimento à comunidade cigana, sendo fundamental na preservação de sua identidade cultural.

Os ciganos se utilizam quase exclusivamente da transmissão de conhecimentos e de seus costumes e tradições de maneira oral, em dialeto próprio do seu povo, sendo caracteristicamente ágrafos. Essa condição faz com que não existam registros históricos precisos do cigano, dificultando a tarefa de determinar sua origem e sistematizar perfis e características mais aprofundadas. Os registros mais antigos desse povo são encontrados sob a ótica não-cigana, o que lhes conferem abordagem altamente etnocêntricas. Além

⁶ Essa é a ocorrência predominante. Todavia, Castro (2011) aponta uma comunidade entrevistada por ela em que uma cigana assume o papel de liderança.

disso, dada a origem distinta das etnias, não existe uma única língua cigana. Com isso, a língua falada por um Rom não é entendida por um Calon, e vice-versa, o que evidencia que, apesar de ambas etnias receberem a denominação de “ciganos”, existem importantes diferenças. Nesse ponto, destaca-se a importância do convívio em comunidade por parte dos ciganos para que sua cultura seja transmitida e preservada ao longo do tempo.

Teixeira (2008) aponta que os ciganos comumente são associados à prática de roubos nas cidades em que passam. De fato, era comum a prática de pilhagem no tempo de sua chegada à Europa, hábito que acabou perpassando para as novas gerações dos ciganos. Nos anos 1800, no Brasil, a passagem dos ciganos pelas cidades era oportunidade para que ladrões locais aumentassem suas práticas, de modo que as acusações dos delitos fossem direcionadas aos ciganos, dada sua fama prévia de atos de pilhagens. Por essa razão, o fato de ser cigano já associava automaticamente a pessoa à gaturagem.

Relatos de viajantes e observadores, especializados em retratar convívios e características de povos e locais, apontam os roubos como algo praticado pelos povos ciganos (Castro, 2011). Os ciganos também têm, para com o povo não cigano, um movimento natural de ludibriar esses últimos em suas relações sociais. Isso associa ao povo cigano a imagem de “enganador”, o que é visto como algo deletério pelos não ciganos, mas de uma maneira positiva pelos próprios ciganos. Isso porque confere uma característica que marca e diferencia o seu povo como pessoas mais “espertas” que os demais, auxiliando na autoafirmação de sua imagem. Essas caracterizações contribuem para transmitir os estereótipos de pessoa suspeita e não digna de confiança aos ciganos dentro da sociedade *gadjé*, sendo tal percepção reforçada entre as gerações.

A atividade econômica mais relatada e associada aos ciganos é o comércio, das mais variadas formas: ambulante, informal, contrabando, trocas e, também, no mercado formal. Desde a data de sua chegada ao Brasil, todo tipo de mercadoria era comercializado por eles, desde mulas e cavalos, produtos de artesanato, até escravos. Essa habilidade é destacada por Teixeira (2008) como fator fundamental para a sobrevivência do povo cigano e para sua inserção em sociedades estranhas a sua realidade. Uma vez que sua trajetória foi marcada pela constante necessidade de deslocamento, o comércio surge como uma saída natural de sobrevivência. As diferenças de atividades laborais são ainda importantes para a diferenciação entre as etnias ciganas.

A mudança do contexto social e econômico transformou a vida dos povos ciganos, fazendo-os pender cada vez mais ao sedentarismo, deixando mais distante suas características nômades. Isso fez com que parte dos ciganos de hoje viva o conflito de “*ter sua habitação fixada (...) [levando à] ‘morte da vida cigana’*” (Pereira, 2009, p.47 *apud Bareicha, 2013*). Todavia, o fato do povo cigano ser nômade e viver constantemente em deslocamento poderia ser interpretado não como algo característico desse povo por livre escolha, mas sim como necessidade. As constantes perseguições sofridas pelos ciganos ao longo de sua história transformaram o nomadismo em necessidade, não em opção. Assim, a sedentarização dos ciganos ocorre como busca por melhores condições de vida atualmente.

Para os ciganos que permanecem na vida nômade, há o conflito certo com a sociedade sedentária, maioria estabelecida, ao reprovar o modo de vida dessas pessoas. A falta de vínculos duradouros com um determinado local faz com que os ciganos sejam vistos como pessoas não civilizadas, que abandonam as regras sociais estabelecidas pela maior parte da população. Seu caráter transitório é comumente associado a desordeiros e desestabilizadores da ordem pública (Teixeira, 2008). Ademais, há ainda o conflito do local de estabelecimento transitório, em constante atrito com a “terra social”, fruto da propriedade privada existente no mundo não cigano.

Os conflitos entre ciganos e não ciganos provocou um distanciamento inevitável entre ambos os grupos. Por um lado, existe a desconfiança do povo cigano em relação aos *gadjes*, preferindo o afastamento do convívio. Pelo outro, esse afastamento torna esse povo invisível aos olhos da sociedade majoritária. As cidades, quando oferecem local para o trânsito dos ciganos, o fazem em locais afastados e isolados, muitas vezes pouco privilegiados (periferias ou favelas), o que amplia ainda mais a distância e a desconfiança entre ciganos e não ciganos.

O grande desafio é garantir o acesso à cultura cigana em meio ao convívio com a sociedade convencional, criando condições que permitam que seus costumes e crenças se perpetuem, inclusive para aqueles que adotaram o sedentarismo como opção de vida e estão mais próximos à vida social não cigana. E mesmo para aqueles que permanecem seminômades ou nômades, existe a necessidade de permitir-lhes a inserção social, respeitando suas particularidades étnicas.

Castro (2011), em face da escassez de informações precisas e consistentes acerca da caracterização do povo cigano, observou quatro comunidades locais de Porto Alegre e tentou traçar perfis a partir desse exercício. A primeira delas, e que apresenta maiores detalhes, é da etnia Rom, tendo o romani como a principal língua do acampamento. A autora destaca a origem europeia desses ciganos (Tchecoslováquia) e a atividade comercial como fonte de sustento, por parte dos homens, e quiromancia e as atividades domésticas, por parte das mulheres. Aponta o costume da utilização de fogueiras dentro das barracas como um aspecto tanto cultural quanto prático. Uma vez que os acampamentos são carentes de infraestrutura, a fogueira tem importante papel na iluminação, aquecimento, segurança e preparação de alimentos.

A autora afirma que, dos quatro grupos que ela visitou, algumas semelhanças puderam ser notadas. A questão da língua, da vestimenta, dos adornos e da forma de moradia ajudam a caracterizar e distinguir os ciganos das demais comunidades. Um dos grupos entrevistados pela autora havia aderido ao modo sedentário de vida, mas que, em ocasiões de festas ou reuniões com outras comunidades ciganas, armava suas tendas, de modo a resgatar essa tradição cigana.

Sendo a caracterização do povo cigano algo tão difícil, dadas as especificidades existentes dentro do próprio “mundo cigano”, a falta de concordância entre os próprios ciganos é um fator agravante para o desenho de políticas públicas. No estudo de Castro (2011), o conflito entre os próprios ciganos fica claro na seguinte passagem: “[o]s ciganos de Gravataí (grupo 1), de origem Romani, quando questionados sobre os ciganos de origem Caló (grupo 4), os denominam de “bugres”¹, “sujos”¹ e “índios (p.139)”. Essa situação destaca a dificuldade da formulação de políticas públicas para os ciganos, uma vez que as diferenças existentes entre as etnias provocam discordâncias de identidade. Desse modo, membros de uma determinada etnia acabam por não se sentirem representados por membros de outras etnias, além de, em muitos casos, não reconhecerem uns aos outros como “verdadeiros ciganos”. A inexistência de uma representatividade reconhecida por todas as etnias entre os próprios ciganos faz com que a participação de um único membro nas discussões de desenho de políticas não atinja a comunidade cigana como um todo.

Na reportagem exibida pelo Jornal da Gazeta, em 25/05/2010, o presidente da ONG Embaixada Cigana no Brasil, Nicolas Ramanush, coloca que:

“Existe sim o preconceito entre os próprios clãs, há ciganos de determinado clã que diz: – Eu sou mais cigano porque eu preservo, por exemplo a língua, que nós trouxemos lá do norte da Índia. Outros dizem: – Não, eu sou cigano porque eu mantenho-me livre. Enfim, isso gera estereótipos que até o próprio não cigano, ou seja, a sociedade brasileira como um todo, acaba aceitando aquilo como uma ideia real, e não há. Há uma grande diversidade entre todos os clãs ciganos.

(Reportagem: Ciganos no Brasil, 25/05/2010 – 3'14 – 3'48, Jornal d Gazeta, TV gazeta)⁷.”

Castro (2011) conclui sua pesquisa dizendo que “*a falta de conhecimento oriunda da escassez de contato é uma das principais fontes geradoras de medo, desconfiança e preconceito dos entrevistados em relação aos ciganos.* (p.159)”. A autora aponta que o conhecimento que os *gadjes* afirmam ter são muitas vezes oriundos do senso comum, o que reforça os estereótipos existentes e trava um convívio mais harmonioso entre as comunidades. Com isso, uma clara mensagem de política pública visando a desconstrução de pré-conceitos equivocados acerca dos ciganos seria a ampla divulgação de informações qualificadas à sociedade. Tal medida poderia auxiliar a diminuição de discriminações existentes no convívio entre ciganos e *gadjes*, além de conflitos entre grupos.

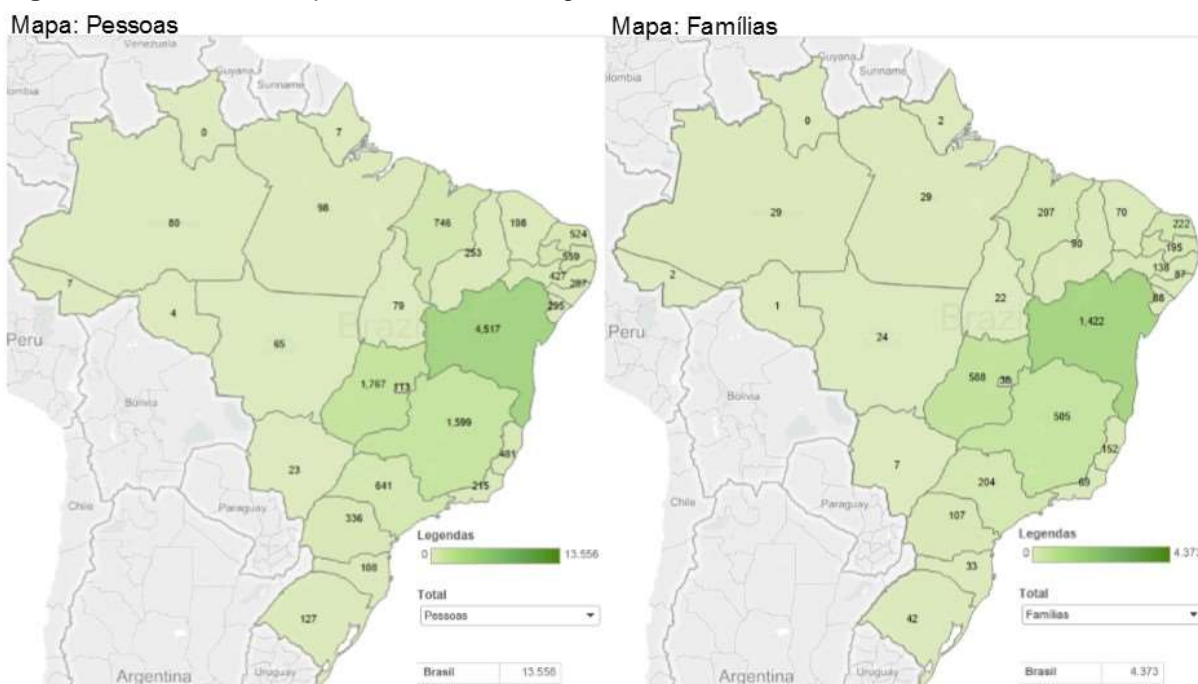
⁷ Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HlvOa10Sq7c>.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS CIGANOS NO CADASTRO ÚNICO

Os dados utilizados para a caracterização dos ciganos nesta seção provêm Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Segundo o manual de utilização do Cadastro, ele é um “*instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda*” (MDS, 2012, p. 7). Para fins de cadastro, são consideradas famílias de baixa renda aquelas com rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por pessoa. Podem fazer parte do cadastro famílias com rendas superiores, desde que tenham vínculo com algum programa social conduzido pelos governos. Esta fonte de informações começou a ser implementada em 2001 e, desde então, vem sendo aperfeiçoada. Em 2012, o Cadastro continha cerca de um terço das famílias brasileiras. Como regra, as famílias devem manter o cadastro atualizado, não podendo ficar mais de 24 meses sem atualizar as informações.

A partir do Cadastro, foram investigadas diversas questões, divididas em dois blocos: um relacionado às características do indivíduo e outro aos domicílios, informações referentes à extração de fevereiro de 2016. Consta no Cadastro um universo de 13.556 pessoas distribuídas no Brasil, no qual três estados – Bahia (4.517), Goiás (1.767) e Minas Gerais (1.599) – concentram mais da metade dos ciganos. No Distrito Federal, são 113 pessoas distribuídas em 38 famílias. Quanto às famílias, o Brasil soma 4.373, mantendo a sua concentração nos estados de maior população. A Figura 1 apresenta o mapa da distribuição de pessoas e famílias no Brasil.

Figura 1 - Quantidade de pessoas e famílias ciganas nos estados brasileiros



Fonte: Cadastro Único, fevereiro de 2016

Os ciganos presentes no CadÚnico apresentam características comuns às minorias: são pardos, jovens, com pouca ou nenhuma instrução e trabalhadores por conta própria ou rural. Pardos e pretos somam 70% – padrão que se repete em todas as regiões, exceto o Sul, onde se verifica que apenas 36%, têm até 34 anos (74%), sendo a população até

15 anos em torno de 33% para o Brasil e Regiões. O DF tem um perfil similar: pretos e pardos juntos respondem por 81%, com uma população ligeiramente mais jovem, encontrando-se 80% com até 34 anos e 45% até 15 anos. A alta taxa de jovens abaixo de 15 anos é um reflexo da cultura cigana de casamentos precoces e uma valorização da função materna da mulher. O casamento ocorrido ainda na idade de adolescência pode dificultar a inserção dos ciganos no mercado de trabalho do mundo não cigano, uma vez que, com as responsabilidades da formação de uma nova família, há a imediata necessidade de iniciar as atividades laborais para sustento da família recém-criada. Com isso, qualquer formação formal é deixada de lado, e o acesso aos trabalhos que exigem maiores qualificações fica distante de suas realidades. Tal fato pode levar a um aumento da proporção de pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme os parâmetros utilizados pelo Governo Federal (a renda).

Quando analisado o grau de instrução, percebe-se uma alta discrepância em relação ao Brasil como um todo, que apresentou taxa de analfabetismo de 9,49% em 2014⁸: 42% dos ciganos do Cadastro não têm nenhuma instrução e, em torno de 80%, têm até o fundamental incompleto para Brasil e Regiões, exceto o Norte (60%). Apesar da alta taxa de pessoas que reportaram não ter instrução, quando observada a frequência escolar, a maioria dessas pessoas estão na rede pública de ensino (71%) ou em rede privada (3%) e apenas 18% nunca frequentou a escola. O DF detém indicadores marginalmente melhores, mas muito inferiores aos indicadores da população nacional: 43% não têm instrução, chegando a 71% quando somadas as pessoas com apenas o fundamental incompleto. Os ciganos no DF frequentam menos a escola quando comparado com o Brasil e regiões: 47% frequenta a rede pública, 5% frequenta a rede particular e 39% nunca frequentou a escola. É preciso ponderar que, para muitas comunidades ciganas, a educação formal tem papel secundário, sendo priorizado o conhecimento transmitido dentro da própria comunidade ou o ensino do ofício laboral do pai para o filho. Todavia, uma vez que esse é um público com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF), do qual alguns fazem parte, e que uma das exigências do programa é a frequência à escola, é necessário oferecer condições e estudar como garantir a inclusão dessas famílias no programa, dada suas particularidades culturais.

Outro fator condicionante de precariedade que se deve fixar a atenção é a ocupação. Ainda que a taxa de resposta na investigação sobre ocupação seja baixa (32%), essa questão revela também um condicionante de precariedade deste povo: dos que responderam, 27% são trabalhadores por conta própria e 4%, temporários em área rural. O problema da baixa taxa de resposta para ocupação se repete no DF, 48% não responderam, e 52% trabalham por conta própria. É possível supor, a partir da renda necessária para estar no Cadastro Único, que os trabalhadores por conta própria sejam trabalhadores de baixo capital e com considerável volatilidade nos ganhos, assim como os temporários em áreas rurais. A Tabela 1 apresenta em detalhes as descritivas acerca dos ciganos para Brasil, Regiões e Distrito Federal.

⁸ PNAD/IBGE 2014

Tabela 1 - Estatísticas descritivas de atributos pessoais dos ciganos

Variáveis\Regiões		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Distrito Federal
Cor/Raça	Branca	28,2%	8,4%	23,0%	36,7%	63,9%	28,9%	19,5%
	Preta	2,1%	3,3%	2,2%	2,2%	1,6%	1,4%	0,9%
	Amarela	0,7%	0,0%	0,6%	1,1%	0,2%	0,6%	0,0%
	Parda	68,2%	71,6%	73,7%	59,5%	34,2%	68,3%	79,6%
	Indígena	0,6%	16,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%
	Sem Resposta	0,2%	0,4%	0,1%	0,4%	0,2%	0,4%	0,0%
Idade	Até 4 anos	12,0%	15,6%	11,7%	12,6%	9,1%	12,3%	15,9%
	Entre 5 a 6	5,6%	6,9%	5,3%	5,7%	5,4%	6,3%	8,0%
	Entre 7 a 15	21,7%	22,5%	21,3%	22,8%	22,2%	21,3%	21,2%
	Entre 16 a 17	4,4%	5,5%	4,7%	4,2%	3,9%	3,9%	4,4%
	Entre 18 a 24	13,4%	13,1%	14,0%	12,4%	12,6%	12,3%	15,0%
	Entre 25 a 34	16,7%	16,4%	17,9%	15,5%	12,4%	15,1%	15,9%
	Entre 35 a 39	6,9%	6,2%	7,1%	6,8%	6,8%	6,6%	5,3%
	Entre 40 a 44	5,2%	3,6%	4,9%	5,7%	6,1%	5,6%	3,5%
	Entre 45 a 49	4,7%	3,3%	4,8%	4,2%	6,5%	4,8%	1,8%
	Entre 50 a 54	3,5%	1,1%	3,5%	3,3%	3,9%	3,8%	3,5%
	Entre 55 a 59	2,2%	1,8%	2,1%	2,4%	2,5%	2,5%	1,8%
	Entre 60 a 64	1,4%	1,8%	1,1%	1,4%	2,3%	2,2%	0,9%
	Maior que 65	2,3%	2,2%	1,4%	3,1%	6,3%	3,3%	2,7%
Grau de Instrução	Sem instrução	41,5%	20,0%	40,7%	45,2%	42,4%	42,1%	43,4%
	Fundamental incompleto	38,0%	38,9%	39,7%	33,2%	37,3%	39,0%	28,3%
	Fundamental completo	2,9%	6,2%	2,9%	2,7%	4,7%	2,1%	3,5%
	Médio incompleto	2,3%	7,6%	2,2%	2,5%	2,3%	1,7%	1,8%
	Médio completo	2,9%	11,3%	2,5%	3,5%	2,8%	2,3%	5,3%
	Superior incompleto ou mais	0,2%	0,0%	0,2%	0,1%	0,7%	0,2%	0,9%
	Sem Resposta	12,2%	16,0%	11,9%	12,6%	9,8%	12,6%	16,8%
Sexo	Masculino	48,5%	44,7%	49,1%	48,6%	48,3%	46,8%	48,7%
	Feminino	51,5%	55,3%	50,9%	51,4%	51,7%	53,2%	51,3%
Frequência à escola	Sim, rede pública	70,0%	82,3%	71,3%	69,9%	66,1%	65,3%	47,4%
	Sim, rede particular	3,1%	0,0%	4,3%	1,3%	0,0%	2,4%	5,3%
	Não, já frequentou escola	7,9%	3,1%	7,4%	8,0%	10,0%	9,9%	5,3%
	Nunca frequentou escola	18,7%	14,6%	16,8%	20,6%	21,7%	21,6%	39,5%
	Sem Resposta	0,3%	0,0%	0,1%	0,2%	2,2%	0,8%	2,6%

Fonte: Cadastro Único, fevereiro 2016

O segundo bloco contém questões relacionadas ao domicílio, que visam a investigar a sua qualidade e o meio em que se insere, além de investigar o recebimento do PBF. No Brasil, os ciganos se localizam predominantemente em zona urbana (90%) com domicílios preponderantemente particulares, sendo 72% privados e 25% improvisados. Movimento contrário é observado no DF, onde a área rural é o local predominante de moradia (74%), com a maioria improvisada ou coletiva (76%). Essa característica é particularmente interessante, uma vez que a população do DF é majoritariamente urbana (cerca de 96%⁹).

⁹ PNAD/IBGE 2014

Quanto ao acesso à infraestrutura no Brasil, pode-se citar algumas questões que apontam uma inadequação ao acesso de serviços públicos básicos, como a existência de calçamento (35%), baixa existência de banheiro (59%), baixo acesso à rede geral de abastecimento de água (56%), baixa taxa de coleta do lixo por algum modo (62%), considerável percentual de domicílio com escoamento sanitário por fossa rudimentar (24%) – considerada uma das mais inapropriadas – e apenas 67% com iluminação elétrica de qualquer tipo, seja ela com medidor próprio, comunitário seja sem medidor. Um fato interessante a ser destacado nas perguntas acerca do domicílio é a baixa taxa de resposta, devido ao fato de um considerável percentual desses ser improvisado. Dessa maneira, é possível inferir que boa parte dos ciganos presentes do CadÚnico vive em domicílios com condições precárias, e sem acesso aos serviços básicos de infraestrutura.

Os dados de domicílios do povo cigano para o Distrito Federal são ainda mais precários: 2,63% afirmam ter calçadas, apenas 21% têm banheiro, somente 24% têm rede geral de distribuição de água, 24% responderam ter o lixo coletado, o esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica) está presente somente em 13% dos domicílios e apenas 24% têm iluminação elétrica de qualquer tipo. É interessante notar que a taxa de resposta no Distrito Federal é uma das mais baixas quando comparada aos demais estados, sendo constantemente inferior à de 50%, dada a natureza predominante improvisada dos domicílios. Percebe-se uma clara necessidade de melhoria ao acesso aos serviços básicos de infraestrutura para os ciganos do Cadastro. A Tabela 2 - Estatísticas descritivas dos domicílios ciganos apresenta em detalhes as descritivas sobre os domicílios dos ciganos para Brasil, Regiões e Distrito Federal.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas dos domicílios ciganos

Variáveis\Regiões		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Distrito Federal
Situação do domicílio	Urbanas	89,9%	75,3%	90,2%	88,0%	87,4%	94,1%	26,3%
	Rurais	10,0%	24,7%	9,8%	11,5%	12,6%	5,9%	73,7%
	Sem Resposta	0,1%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Recebe Bolsa Família	Recebe PBF família	22,7%	21,2%	16,9%	28,0%	41,2%	32,4%	10,5%
	Não recebe PBF família	77,3%	78,8%	83,1%	72,0%	58,8%	67,6%	89,5%
	Sem Resposta	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Calçamento	Calçamento em frente ao domicílio é total	34,5%	31,8%	30,6%	37,7%	28,6%	47,2%	2,6%
	Calçamento em frente ao domicílio é parcial	5,1%	18,8%	4,7%	3,4%	3,8%	7,6%	5,3%
	Não existe calçamento em frente ao domicílio	31,9%	42,4%	41,3%	15,5%	26,9%	19,2%	15,8%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%
Espécie do domicílio	Domicílio particular permanente	71,5%	92,9%	76,5%	56,7%	59,3%	74,0%	23,7%
	Domicílio particular improvisado	25,3%	7,1%	21,8%	38,5%	38,5%	18,9%	63,2%
	Domicílio coletivo	3,0%	0,0%	1,6%	4,3%	2,2%	7,2%	13,2%
	Sem Resposta	0,1%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Existência de banheiro	Possui banheiro em casa	59,7%	78,8%	60,3%	51,2%	54,4%	68,2%	21,1%
	Não possui banheiro em casa	11,8%	14,1%	16,2%	5,5%	4,9%	5,8%	2,6%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%
Forma de abastecimento de água	Rede geral de distribuição de abastecimento de água	56,4%	56,5%	58,6%	46,7%	53,3%	62,9%	23,7%
	Poço ou nascente	5,7%	24,7%	6,2%	3,8%	4,9%	4,4%	0,0%
	Cisterna	1,9%	0,0%	1,9%	1,3%	0,0%	3,5%	0,0%
	Outra forma de abastecimento de água	7,5%	11,8%	10,0%	4,9%	1,1%	3,2%	0,0%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%

Continua

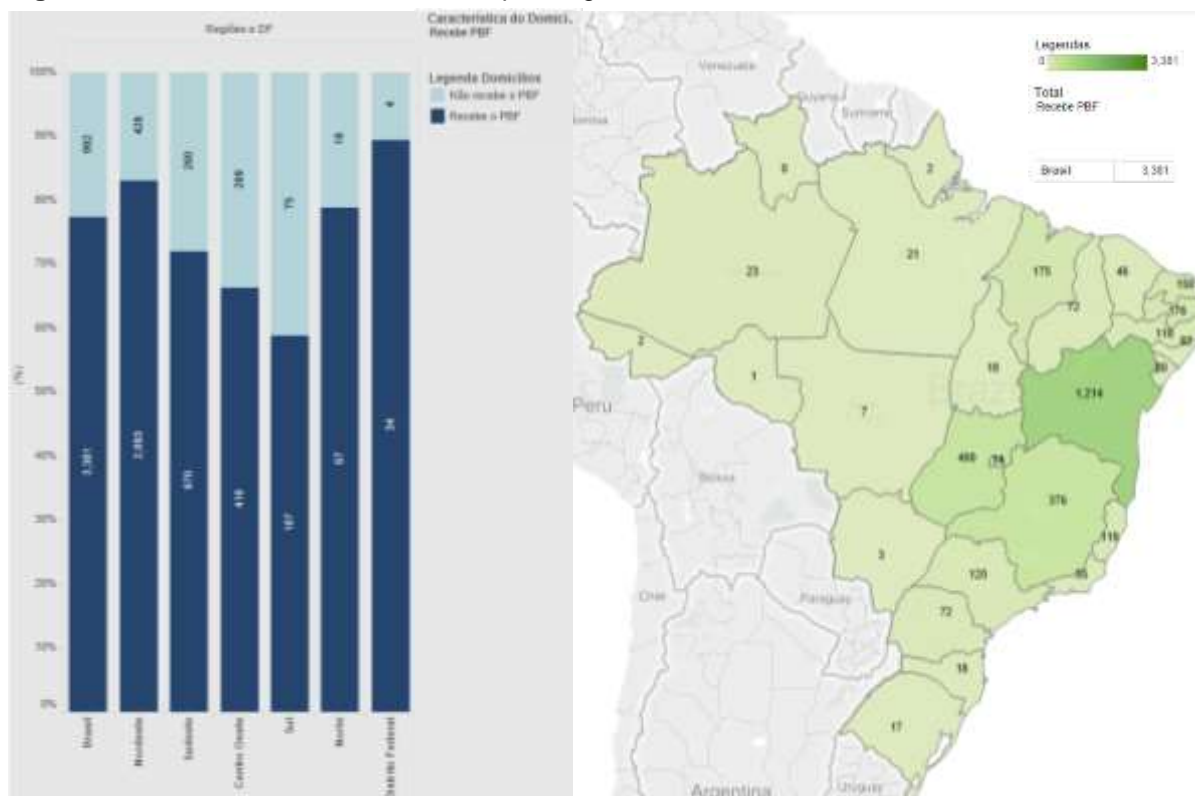
Tabela 2 - Estatísticas descritivas dos domicílios ciganos

		Conclusão						
Variáveis\Regiões		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Distrito Federal
Forma de coleta do lixo	É coletado diretamente	58,7%	62,4%	60,1%	50,0%	50,5%	67,7%	18,4%
	É coletado indiretamente	2,4%	3,5%	2,7%	1,0%	2,7%	3,3%	5,3%
	É queimado ou enterrado na propriedade	7,0%	24,7%	8,7%	4,5%	4,4%	2,1%	0,0%
	É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	2,4%	1,2%	3,8%	0,3%	0,5%	0,6%	0,0%
	É jogado em rio ou mar	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	A coleta de lixo tem outro destino	1,0%	1,2%	1,3%	0,6%	1,1%	0,2%	0,0%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%
Forma de escoamento sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial	25,7%	8,2%	22,9%	37,2%	24,2%	23,0%	2,6%
	Fossa séptica	8,1%	18,8%	8,1%	4,3%	11,0%	11,3%	10,5%
	Fossa rudimentar	24,1%	45,9%	27,6%	7,3%	18,7%	32,7%	7,9%
	Vala a céu aberto	0,8%	2,4%	1,1%	0,4%	0,0%	0,5%	0,0%
	Direto para um rio, lago ou mar	0,4%	0,0%	0,2%	1,4%	0,5%	0,0%	0,0%
	Outra forma de escoamento sanitário	0,6%	3,5%	0,6%	0,5%	0,0%	0,8%	0,0%
	Sem Resposta	40,3%	21,2%	39,7%	48,8%	45,6%	31,8%	78,9%
Água canalizada no domicílio	Possui água canalizada no domicílio	59,0%	67,1%	59,8%	50,2%	52,7%	68,8%	21,1%
	Não possui água canalizada no domicílio	12,6%	25,9%	16,8%	6,5%	6,6%	5,2%	2,6%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%
Tipo de iluminação	Elétrica com medidor próprio	57,0%	71,8%	62,7%	41,7%	45,6%	57,8%	10,5%
	Elétrica com medidor comunitário	5,4%	3,5%	2,1%	7,6%	9,9%	14,3%	13,2%
	Elétrica sem medidor	3,9%	7,1%	4,8%	4,1%	2,2%	0,2%	0,0%
	Óleo, querosene ou gás	1,0%	2,4%	1,3%	0,6%	0,0%	0,2%	0,0%
	Iluminação à vela	0,8%	1,2%	1,0%	0,9%	0,0%	0,3%	0,0%
	Outra forma de iluminação	3,5%	7,1%	4,7%	1,7%	1,6%	1,2%	0,0%
	Sem Resposta	28,5%	7,1%	23,5%	43,3%	40,7%	26,0%	76,3%
Função principal	Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	26,2%	21,3%	20,7%	31,6%	30,7%	39,4%	50,9%
	Trabalhador temporário em área rural	3,7%	5,1%	5,1%	1,5%	3,8%	0,9%	0,0%
	Empregado sem carteira de trabalho assinada	0,7%	0,7%	0,5%	1,1%	0,3%	1,4%	0,0%
	Empregado com carteira de trabalho assinada	0,9%	2,2%	0,3%	2,1%	2,7%	1,1%	1,8%
	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,4%	1,5%	0,3%	0,5%	0,6%	0,4%	0,0%
	Trab. doméstico com cart. de trab. assinada	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	Trabalhador não	0,6%	3,7%	0,7%	0,1%	0,0%	0,9%	0,0%
	Militar ou servidor público	0,3%	0,7%	0,3%	0,2%	0,3%	0,4%	0,0%
	Empregador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Estagiário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
	Aprendiz	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Sem Resposta	67,1%	64,7%	72,1%	62,7%	61,7%	55,5%	47,4%

Fonte: Cadastro Único, fevereiro 2016

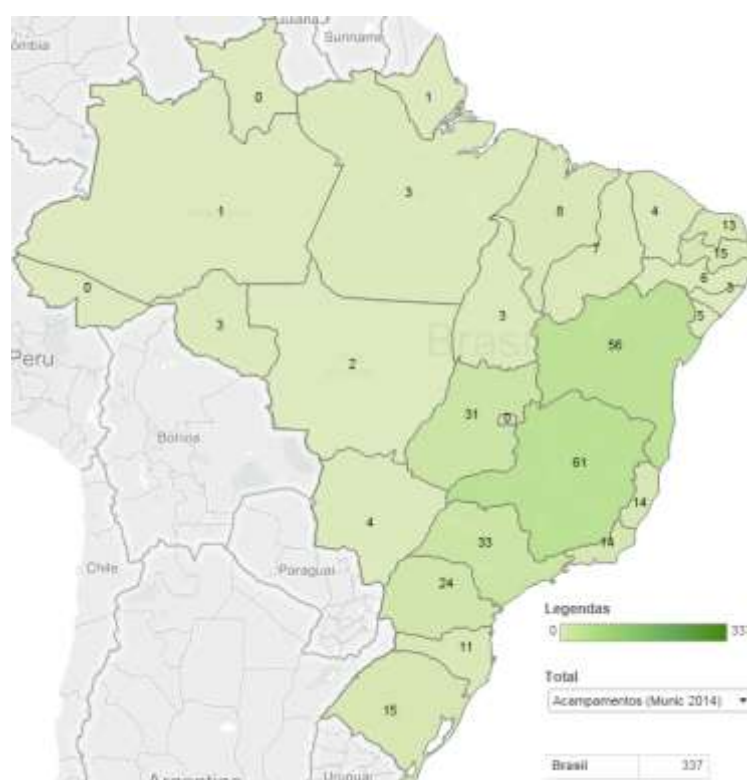
Dada a característica de alta vulnerabilidade social apresentada pelos dados pessoais e domiciliares, é pertinente verificar a cobertura do PBF para este público. Dos cadastrados no Brasil, 72% recebem bolsa família, totalizando 3.381 famílias. As grandes regiões com maior taxa de recebimento são: Nordeste (83%), Sudeste (72%) e Norte (78%). No Distrito Federal, há 34 famílias recebendo o benefício, o que representa uma taxa de 90% de beneficiadas. Os dados estão apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Beneficiários do Bolsa Família por Regiões e UFs - Fevereiro de 2016.



Fonte: Cadastro Único, fevereiro de 2016

Para complementar a informação da distribuição dos ciganos no Brasil, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) traz o número de acampamentos ciganos existentes no Brasil. Apesar de ser uma informação limitada em termos de aferição do número real de ciganos residentes no País, o dado pode ser um indicativo da sua dispersão no território, além de dar visibilidade aos ciganos, ainda que pequena, dentro das estatísticas oficiais brasileiras. A Figura 3 apresenta o mapa desta estatística para o ano de 2013.

Figura 3 - Quantidade de acampamentos Ciganos existentes em Municípios Brasileiros

Fonte: Munic 2014

Uma evidência da baixa qualidade da informação reportada na Munic é o próprio Distrito Federal, que informa não haver nenhum acampamento cigano na região. Todavia, um acampamento cigano entrevistado pela Codeplan, em Sobradinho, informa estar no local há dois anos. Isso pode ser um indicativo da subnotificação das comunidades ciganas pelo País. Esse caso é particularmente interessante, uma vez que a comunidade entrevistada reportou ter acesso a diversos serviços públicos providos pelo Governo do Distrito Federal.

4. ENTREVISTA COM A SRA. ELISA COSTA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ - AMSK

Na entrevista realizada com a Associação Internacional Maylê Sara Kalí - AMSK -, a Codeplan buscou entender algumas características da comunidade cigana e suas principais demandas. A AMSK é uma Organização sem fins lucrativos, fundada em 2009, com a missão de propagar a história, tradições e costumes do povo Romani no Brasil. A entrevista foi concedida pela presidente da associação, Sra. Elisa Costa. A base da organização é composta por pessoas de descendência cigana, possuindo contato e articulação com famílias ou comunidades ciganas de treze estados brasileiros. Entre amigos, conhecidos e familiares; normalmente se tratam como primos ou com a identificação de Rom ou Calon. Segundo a entrevistada, esse é um tratamento comum porque, entre os ciganos, existe uma linhagem de sangue, um reconhecimento e identificação de parentesco, um respeito; sendo todos brasileiros de etnia Romani (os assim chamados ciganos) e assim devem ser respeitados.

O surgimento da AMSK se deu em um contexto de identificação da necessidade de se construir políticas públicas e com a intenção de dar alguma visibilidade crível a essa parcela da população brasileira, muitas vezes identificada como Minorias. Os ciganos não possuem uma representatividade organizacional em nível nacional, não existindo no Brasil uma organização governamental, tal como a Fundação Palmares, no caso da população Quilombola, ou a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para população indígena. Não existe para esse povo a ideia de liderança única, que represente o interesse de todos os ciganos, levando em consideração todas suas etnias e subgrupos.

O conceito de liderança utilizado dentro do mundo cigano se refere aos chefes de famílias ou representantes de alguma comunidade ou acampamento, sem existir uma pessoa que represente várias comunidades. Para a entrevistada, o governo tenta classificar, colocar as pessoas em “caixinhas” e assim é impossível trabalhar, pois o grupo é diverso. Não existe hoje no Brasil e, provavelmente, nunca existirá uma liderança reconhecida em todos os níveis.

A divergência existente entre as etnias ciganas é destacada como um fator complicador na tarefa de formulação de políticas públicas. Articular uma agenda que represente os interesses dos diversos grupos e subgrupos existentes dentro do mundo cigano talvez seja o maior desafio para os governos, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

“É difícil trabalhar ciganos em todas as etnias? Sim, é difícil. Para o governo é impossível. Trabalhar a identidade é impossível, mas você precisa trabalhar no geral para começar a dizer que uma coisa que liga todos os grupos e subgrupos nesse país é que para os outros nós não valemos nada conjuntamente, o preconceito é contra a etnia como um todo, sem especificar, porque separando, a língua é diferente e o conceito de ser e estar, o pertencimento também. Imagine a diversidade.”

É neste processo de identificação que o governo normalmente, na visão da entrevistada, comete o erro de agregar toda a população e formar um perfil. É na construção deste perfil que os estereótipos são reforçados. A identificação da população cigana

vinculada aos estereótipos muitas vezes reforça o preconceito. A AMSK trabalha atualmente na redução dos estereótipos e no combate ao racismo institucional. O racismo existente hoje no País, segundo a AMSK, é um racismo de construção, que você vê na infância e está na construção e no coletivo social.

“Quando você vê alguém falando alguma coisa sobre cigano você pensa em carta, em leitura de mão, mulher dançando de forma sedutora, homem dançando com um pano na cabeça, que a gente não sabe de onde veio, um badô na cintura que não fala de qual família ele vem. Te conta uma história que é baseada em histórico totalmente fictício que a gente não sabe de onde é!”

A AMSK relata uma preocupação com a construção de políticas públicas que se baseiam nos estereótipos. Para eles, o governo relaciona cigano à pobreza, e isso não condiz com toda realidade, uma vez que existem ciganos pobres e ciganos não pobres. Existem ciganos que possuem uma boa renda familiar, morando desde o Gama até o Lago Sul. Existem ciganos médicos, advogados, funcionários públicos, mas a identificação dessa população é muito difícil. Muitas vezes não é interesse do grupo ser identificado. O motivo da resistência em não ser identificado é comum para essa população. Historicamente, cadastros e registros foram utilizados para perseguir, matar e fazer fichas policiais. O registro que o governo possui, no Cadastro Único, é referente ao grupo mais pobre desta população, mais dependente de políticas sociais.

“Hoje no Brasil, se tira foto de adolescente cigano para passar medo nele na delegacia com ajuda do conselheiro tutelar. (...) Há pouquíssimo tempo eu saí de casa uma hora da manhã porque na passagem um grupo passou por Ceilândia e ficou hospedado em um hotel e o delegado baixou lá na boa. Entrou no quarto, revistou, sem mandato, sem nada.”

Muitos ciganos, devido ao preconceito, à perseguição e à vergonha do estereótipo cigano, optaram por preservar dentro da sua família os costumes. A entrevistada fala que eles decidiram ser ciganos da porta de casa para dentro.

“A gente optou por ser cigano dentro de casa, da porta de casa para dentro. Porque o estereótipo nos envergonha. Entendeu, muitas famílias foram se desdobrando e se modificando. Saíram do recorte de não posso deixar você na escola porque você vai sofrer *bullying*. Então, por que você vai se identificar? Porque se qualquer coisa que some, na maioria das vezes o problema é seu. Se tem alguém fedendo ou soltou um pum é porque todo cigano fede! Isso é convencional. Essa fala reproduz o pensamento de muitos rons no Brasil, faz parte do cotidiano.”

Além da redução dos estereótipos e do combate ao racismo institucional, a AMSK busca o direito às questões básicas. Ela quer que essa comunidade tenha o direito de viajar sem ser abordada e ter seu quarto revirado. A organização também trabalha para que os ciganos compreendam que são brasileiros, que possuem direito à certidão de nascimento, à certidão de óbito, que possuem direito à saúde, ao estudo, à estrutura de políticas públicas. Na visão da entrevistada, esse reconhecimento deve vir dos próprios ciganos. Outro fator também muito enfatizado na entrevista foi a necessidade dos órgãos brasileiros entenderem às especificidades desta população.

“Queremos que os órgãos sejam instruídos. Reconhecendo a data. O que a gente precisa muito mais é um circuito de entendimento e de trabalho. É muito comum o cigano ser abordado no trabalho dele de venda. Então para você lidar com isso é importante que eles compreendam quem são e como abordar. Porque de cara eles já são culpados.”

Um exemplo relevante relatado pela entrevistada de projeto de conscientização da população sobre os ciganos é o projeto Kalinka. Esse projeto foi criado em 2011 com o objetivo de fortalecer a diversidade étnica cultural, por meio de estratégias de intervenção didático-pedagógica para promoção e proteção das expressões culturais dos povos Romani.

Esse projeto recebeu, em 2014, o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos e pode ser utilizado como referência para o governo criar ações para outras políticas e outros profissionais que atuam na administração pública. Os fortalecimentos das ações de conscientização ajudam a disseminar a cultura Romani e a redução do racismo institucional.

A AMSK também relata que o Brasil, hoje, conta com uma rede, uma malha fina de autoajuda. Aponta a procuradoria federal como um bom parceiro de interlocução e que busca assentos em Conselhos de políticas para defender suas demandas e costumes. A AMSK participa também do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – e nesse Conselho busca defender algumas tradições do grupo, tal como a importância do filho aprender com o pai o ofício da família, sem o receio do pai ser preso e acusado de promover o trabalho escravo e infantil.

Na visão da AMSK, as políticas e organizações que tratam dos povos ciganos estão melhores estruturadas fora do país. No entanto, o Brasil tem andado rapidamente nessa organização. Contudo, na visão da entrevistada, alguns conceitos básicos não foram considerados pelo Brasil na formulação de políticas assertivas. Relata que a autoidentificação é individual, não sendo objeto de contestação:

“A autoidentificação é sua, ninguém vai contestar ou não, ninguém quer ser cigano fora do Brasil. O Brasil é o único país do mundo que é bonitinho você dizer que é cigano, é charmoso. É palco para você conseguir uma série de coisas pessoais. Fora daqui, você dizer que é cigano, é você carregar a história de todas as perseguições, que são diferentes em cada país de origem. São heranças de vida que são muito fortes na arte, no cinema, na escrita, na literatura. Ninguém quer ser! O nível de perseguição é absurdo!”

Uma característica interessante apontada pela Sra. Elisa acerca de Brasília é a característica da cidade ser rota de trabalho de muitos ciganos: *“Brasília é uma rota de trabalho importante para os ciganos. Eles vêm, ficam aqui quatro ou cinco meses, e depois vão embora. Eles estão aqui em grupos e utilizam tudo daqui”*. Ao ser questionada se Brasília era uma rota para os ciganos que moravam próximos a capital do país, como a Área Metropolitana, ela esclarece: *“Nada! Tem gente de São Paulo, do interior da Bahia ou Goiás que ainda mantêm a cultura da leitura da “Drab”, que é a leitura da mão. Na maioria das vezes são do grupo Calon, que lê nas praças, comércio e na rua. Os rom que ainda mantêm essa forma de trabalho, fazem dentro de seus espaços ou casas.”*

Esse fato reforça a necessidade do Governo do Distrito Federal entender mais sobre a cultura cigana para que possa trabalhar com a diversidade cultural, tão característica da cidade, sem que os direitos étnicos sejam violados no convívio entre ciganos e *gadjés*. O rompimento dos estereótipos, a ampla divulgação de informações fundamentadas sobre os ciganos e o combate ao preconceito institucional são os pontos-chaves a serem trabalhados.

5. ENTREVISTA NO ACAMPAMENTO DE SOBRADINHO, SOB LIDERANÇA DO SR. VANDERLEI

No dia 29 de abril de 2016, a Codeplan realizou, em parceria com um grupo interministerial, coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma visita a um acampamento cigano localizado na região de Sobradinho e implantado em terras cedidas pela União. O acampamento está nesse terreno há dois anos e abriga cerca de 68 pessoas da etnia Calón, todas ligadas por laços de parentesco, em 15 tendas provisórias de lona de caminhão.

Durante a visita, três pessoas forneceram relatos e foram entrevistadas: o Sr. Vanderlei, conhecido como líder da comunidade e presidente da Associação de Etnias Ciganas; a Srta. Daiane, filha do Sr. Vanderlei e figura bastante conhecida pelos órgãos governamentais; e a Srta. Sirlene, integrante da comunidade, que recentemente se formou em um curso técnico de enfermagem. A visita foi realizada com dois objetivos: (i) conhecer as principais demandas do acampamento, para que o grupo interministerial formulasse orientações e políticas públicas para este grupo; (ii) e para que a Codeplan conhecesse os principais aspectos culturais desta comunidade e sua relação com a população de Brasília.

O terreno do acampamento é amplo, localizado na área rural, de fácil acesso e ao lado se encontra um condomínio de casas de boa estrutura. As crianças do acampamento frequentam duas escolas próximas e possuem transporte escolar. A comunidade também conta com um posto de saúde próximo ao acampamento, que realiza os atendimentos básicos de saúde. No terreno, a comunidade planta feijão, mandioca e jiló para consumo próprio. O espaço do acampamento é considerado bom e com terra adequada para o plantio, mas com infraestrutura bastante precária. A comunidade possui acesso à água porque faz uso de um poço artesiano do condomínio, que está localizado em seu terreno.

“Água a gente tá usando um poço que tá aqui dentro do nosso terreno, mas a gente depende dos outros, senão eles trancam lá. É uma torneirinha e a gente pega para todo mundo. Não dá pra ser para o condomínio e para a gente.” (Vanderlei)

O acampamento dispõe de acesso à energia elétrica por meio de uma instalação improvisada (gambiarra), construído pelos próprios moradores. Da carência de infraestrutura básica, o principal problema relatado por eles é a ausência de banheiros. Sua inexistência dificulta o processo de higienização da comunidade, ampliando entre os moradores o número de infecções e dificultando a prevenção às doenças, sendo um assunto abordado de forma recorrente e enfática pelos entrevistados.

A ausência de banheiro e a dificuldade em conseguir acesso às cestas básicas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS foram queixas constantes nas falas dos entrevistados. Eles pediram mais ação do poder público, pois já receberam diversas visitas governamentais, sem os problemas terem sido solucionados. Eles possuem conhecimento sobre seus direitos sociais e questionam por que eles não estão sendo cumpridos.

“Porque em 2013 teve o primeiro encontro de comunidade cigana lá na Granja do Torto e nesse encontro foram 12 secretarias e várias coisas foram encaminhadas de política pública para Cigano. Eles mostraram várias oportunidades ao nosso favor, [mas] muitas daquelas leis não estão sendo cumpridas aqui e nós gostaríamos de cumprir.” (Vanderlei)

Relataram como é oneroso para as famílias procurarem o CRAS para solicitar benefícios e como, muitas vezes, eles não são atendidos ou somente parte das demandas é atendida. As famílias também relataram que os profissionais dos CRAS prometem verificar a situação, mas a situação não é resolvida. A fala entre os indivíduos do grupo é que, em outros momentos, quando estavam em um acampamento em Santa Maria, o CRAS da região realizou um atendimento bastante eficiente, priorizando o atendimento aos ciganos e resolvendo várias das demandas apontadas.

“Aí a gente pede carona para ir ao CRAS. Tem muita gente que é chefe de família e passa tempo lá. E o pessoal agenda uma hoje, outra depois e a gente não consegue nada hoje. Aí depois de 15 dias vai às 15 horas se apresentar, aí elas declaram para gente: olha duas provaram que estão precisando, sendo que se uma consegue a gente vai lá na barraca e pede um pouquinho. O pessoal do CRAS já veio aqui várias vezes (...). Eles falam olha, eu vou ver o que que a gente vai fazer e não encaminha.” (Daiane)

Em diversos momentos os entrevistados relataram que a comunidade não teve acesso a várias políticas e que não possuíam oportunidades. De forma geral, a escolaridade do grupo é baixa e, devido ao histórico de deslocamento, vários indivíduos do grupo não tiveram oportunidade de estudo, sendo esse um dos motivos para, na maioria das vezes, uma inserção muito precária no mercado de trabalho. Foi relatado que alguns dos membros da comunidade retomaram os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos e alguns indivíduos estão buscando cursos profissionalizantes e ensino superior, mas as dificuldades ainda são grandes para garantir esse caminho.

“Eu quero dizer para vocês que a gente não está andando com as nossas próprias pernas ainda, a gente tem orgulho de andar pelas nossas próprias pernas, mas eu quero falar que a gente quer andar. É a primeira vez que a gente tem a possibilidade de estudar, nós não somos um povo burro, nós somos inteligentes o bastante para segurar as coisas até aqui.” (Sirlene)

A forma de inserção dos indivíduos do acampamento no mercado de trabalho e a fonte de renda deles são importantes fatores que potencializam a situação de vulnerabilidade vivenciada. De forma geral, a principal renda dos ciganos do acampamento visitado advinda de compra e venda de mercadorias, principalmente da venda de panos de prato e toalhas. *“O pano de prato é uma coisa muito digna, mas é uma coisa que não está dando muito mais certo. Tem dia que a gente sai e faz 10 reais.”* (Sirlene)

Historicamente, os ciganos deste grupo lidavam com compra e venda de animais e tropas, mas, com o passar do tempo e com a modernização para esse tipo de trabalho, ficaram mais escassas as oportunidades, e eles foram-se adaptando às novas atividades econômicas. Essas novas atividades permanecem, na maioria das vezes, como atividades de compra e venda. Em geral, eles desenvolvem esse trabalho no Distrito Federal, e são raros os momentos em que eles viajam para comprar ou vender outro tipo de material.

“(…) às vezes viaja por causa do serviço pessoal, antes a gente viajava de montar barraca. Agora a gente vai, se trabalha em algum lugar, trabalho de venda com animal quando a gente está com um pouquinho de dinheiro. Mas o mais fácil é o pano de prato e toalha de mesa que a gente compra pronto.” (Vanderlei)

A questão do deslocamento e viagens foi um dos pontos abordados na entrevista com estes ciganos. Foi questionado sobre os principais motivos que levavam eles a se deslocarem. Ao serem questionados sobre isso, os entrevistados relataram que, hoje em dia, viajam geralmente por motivo pessoal ou para realizarem algum trabalho, mas que o ponto fixo deles, onde se estabeleceram, é o Distrito Federal. Os relatos dos entrevistados indicam que, historicamente, o povo cigano viajava em busca de oportunidades de trabalho

e muitas vezes não podiam permanecer nas cidades devido ao preconceito ou ameaça da população. O deslocamento não era uma opção, era questão de necessidade.

“Nós ficávamos viajando o mundo inteiro e muitas pessoas achavam que a gente viajava porque queria. (...) A gente viajava muito porque a gente não tinha oportunidade, nós viajávamos demais porque não tínhamos oportunidade. Quantas e quantas vezes que a gente chegava cansado e que tinha que continuar andando. (...) às vezes a gente cansado, a gente tinha de passar de cabeça baixa e a gente não tinha oportunidade, nem de voz, chegava cansado e não podia ficar.” (Vanderlei)

Ao ser abordado o tema das viagens, observou-se a existência de situações em que os ciganos vivenciaram preconceitos e foram ofendidos. A questão do preconceito vivenciado pelos ciganos é um ponto muito forte e presente nas entrevistas. Os relatos de preconceitos permeiam diversos momentos da vida deles e influenciam até mesmo a decisão de não manter suas vestes para venderem os panos de prato.

Existem relatos sobre a dificuldade em serem respeitados e tratados como iguais. Os casos de preconceito afetam a entrada no mercado de trabalho, a convivência na escola e a relação com a polícia. Para eles, o preconceito ainda é muito forte na sociedade em relação aos ciganos, mas aos poucos algumas pessoas estão mudando de opinião sobre eles.

“A gente só ouve falar dos ciganos: o cigano mentiroso, trapaceiro.” (Sirlene)

“A gente não está pedindo para que ninguém goste da gente, a gente quer sim respeito, porque por meio do respeito vem a admiração.” (Sirlene)

“(...) quando as pessoas não nos conhecem, você para e a pessoa diz, vem cigano, vem cá ler minha mão ou entra no ônibus e puxa a bolsa com medo de ser roubado.” (Daiane)

O forte preconceito ainda vigente na sociedade também é apontado pelos ciganos como um dos fatores responsáveis por enfraquecer a cultura e reduzir a transmissão de costumes e da língua entre a população cigana mais velha e os mais novos. Essa questão é uma preocupação grande entre eles, pois a identificação da população cigana se dá por meio da cultura. A dificuldade em repassar para os mais jovens a língua e a dança podem contribuir para que, no futuro, esses costumes e especificidades se percam. Além disso, a diferença da língua falada por um grupo e por outro restringe ainda mais os espaços e o volume de pessoas que falam, dificultando a perpetuação desses costumes, além da articulação das variadas etnias ciganas no desenho de políticas públicas.

Segundo os entrevistados, um outro grupo pode conversar na frente dele e ele provavelmente não irá entender quase nada que eles estão falando. Quando questionado ao Sr Vanderlei se ele entendia a língua de uma outra comunidade (os Kalderash), ele responde: “*Muito pouquinho coisa, não dá para conversar. Eles falam na minha frente e eu não sei o que eles estão falando*” (Vanderlei).

Mesmo tendo essa diferença entre as línguas faladas pelos grupos, os entrevistados apontaram que conhecem e se relacionam bem com vários grupos de ciganos no Distrito Federal e Entorno, principalmente com outros Calons. Segundo os entrevistados, existem cerca de 3.800 e 4.000 ciganos no DF e entorno, e a relação deles é muito boa.

“(...) a gente tem essa questão de união com os outros e quando cê vai cê não precisa levar dinheiro, essas coisas. Nós somos respeitados, recebidos por todos. Todo mundo dorme um perto do outro, a gente tem aquela união de que comem 10 pessoas numa panela.” (Vanderlei)

Uma vez que a cultura cigana é passada de maneira oral dos pais para os filhos e, em sua essência e maioria, não há educação formal e escrita entre os ciganos, os vínculos

familiares são essenciais para que os costumes permaneçam dentro da comunidade. Nesse sentido, a valorização do relacionamento fechado entre os grupos e o casamento dentro da comunidade pode ser entendido como um mecanismo de sobrevivência desenvolvido pelos ciganos. É prática, dentro da comunidade cigana, o casamento ser arranjado entre o pai da mulher e o do pretendente. Assim, mantém-se a comunidade fechada entre pessoas já conhecidas e dentro do convívio. Todavia, tal situação já é mais flexível atualmente:

“Há muitos anos, essa mistura não acontecia, até mesmo pelo preconceito mais forte de racismo que existia. Hoje, diante de várias leis, já melhorou bastante. Mas pensa em 50 anos atrás. Hoje eu conheço vários ciganos. Pessoas que são casadas com não ciganos que têm uma vida normal, e que a moça que não é cigana se adapta.” (Vanderlei)

Registra-se a demanda deste grupo em criar um centro de resgate da cultura cigana para fortalecer a disseminação das danças, língua e cultura. A dificuldade de passar a cultura entre as gerações, principalmente a língua, é destacada pelo líder da comunidade:

“A gente sabe que os mais jovens estão perdendo a língua, quem mais está perdendo da cultura são os mais jovens. O povo cigano não é questão de sangue, meu sangue é da mesma cor do seu. O Cigano é conhecido mais pela cultura, se a gente tiver duas três mulheres vestida de calça, você passa por elas e nem percebe. A identificação delas está nas vestes como uma característica pessoal. E a gente tá perdendo por motivo de racismo, porque as mulheres no dia que elas vão vender elas não vão vestidas como cigana. A gente queria poder ter o direito de ser respeitado como Cigano.” (Vanderlei)

Eles gostariam que a sociedade os respeitasse não generalizasse visões que possuem de um indivíduo para toda a comunidade. Uma das principais buscas deles é pelo direito de serem respeitados.

“O que nós mais enfrentamos é que, quando um erra, eles generalizam pra todo mundo. (...) A grande preocupação nossa e que a gente não alcançou é o direito de ser respeitado como as outras pessoas, respeitado o que nós somos e respeitadas também minhas filhas. Para que a minha netinha possa ter esse respeito, de poder usar as roupas, de poder usar dente de ouro e roupas coloridas.” (Vanderlei)

Em suma, para essa comunidade cigana entrevistada, a demanda por políticas de assistência social é enfática, decorrentes da situação de vulnerabilidade em que vivem, com destaque para o amparo de infraestrutura básica dentro da comunidade (saneamento básico, eletricidade e habitação). Além disso, existe o pedido para que políticas públicas que visem ao combate da discriminação sejam colocadas em prática, de modo que eles possam ter acesso às oportunidades, independentemente da língua que falam, das vestes que usam, do modo como vivem ou do passado associado ao seu povo.

6. ENTREVISTA COM A SRA. SÔNIA, REPRESENTANTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER NO DISTRITAL FEDERAL

A última entrevista realizada para este estudo aconteceu no dia 03 de maio de 2016. Neste dia, foi entrevistada a senhora Sônia, cigana da etnia Ron, representante do Conselho dos Direitos da Mulher no Distrital Federal. A entrevistada reside em uma chácara em Brazlândia com outras 24 pessoas da comunidade. Ela conta que parte do seu grupo se separou recentemente, e que cerca de cem pessoas estão acampadas em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A outra parte do grupo permaneceu em Brasília, pois possui vínculo de trabalho com o serviço público. A entrevistada relatou que seu grupo é originário da região de Durango, na Espanha. Segundo ela, hoje ainda existem cerca de duzentas pessoas em Durango e elas se relacionam com frequência.

Ao ser questionada sobre como se dá o deslocamento do grupo, a escolha das cidades e a motivação para as mudanças, a entrevistada retoma a história da expulsão dos grupos ciganos e a criação dessa cultura de constantes deslocamentos. Para ela, mover-se já passou a ser parte da cultura do povo, uma certa necessidade de liberdade. Em sua fala, ela se diz presa por não poder se mudar com o seu grupo devido ao seu vínculo de trabalho com o governo do Distrito Federal: “(...) *já passou a ser necessidade, até porque a gente se sente livre. Eu tô presa!*”.

O grupo dela já residiu em sete cidades de Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e até na Espanha. Para ela, hoje em dia é mais fácil fazer esses deslocamentos, já que muitos governantes de cidades apoiam os ciganos e indicam espaços que podem ser utilizados provisoriamente. Mas, mesmo com essa melhoria do apoio governamental, a questão do preconceito em relação a eles ainda é muito forte. Até mesmo pessoas instruídas perpetuam os estigmas negativos atribuídos ao povo cigano, e esses estigmas e preconceitos fragilizam a transmissão da cultura para os mais novos. A sociedade, na visão da entrevistada, ainda dissemina histórias do imaginário popular que cigano é ladrão e rouba criança: “*Na verdade, eu não quero que eles enxerguem, eles já enxergam. Eles não aceitam, eu quero o que eles aceitem a minha gente como somos. Porque é muito triste você ter que mudar para agradar alguém*”.

O combate ao preconceito e a disseminação da cultura são principal bandeira adotada pelo grupo representado pela entrevistada. Ela relata que existe uma tentativa de incluir a história dos ciganos no ensino formal, assim como já existe a discussão da história dos indígenas e dos negros. Essa inclusão ajudaria a demonstrar a história do povo e a diminuir os preconceitos sociais. Tal preconceito foi uma questão bastante abordada na fala da entrevistada. O direito de viver sua cultura, livre de julgamentos, é uma busca constante. Não ser violentado por utilizar suas vestes é algo ainda não conquistado por essa população.

“Eu fui barrada na faculdade porque eu fui com as minhas vestes. Essa é uma questão cultural do Cigano, as vestimentas. O que é predominante mesmo é a roupa, se não me visto assim me sinto nua e quando eu fui fazer faculdade eu fui barrada. Fui para casa, chorei muito, mas aí eu tomei uma decisão: se a sociedade não me aceitar assim, eu aceitarei a sociedade. E aí foi quando eu decidi que, a partir daquele dia, eu poderia não andar com as minhas vestes dentro da sociedade, mas que a minha origem eu jamais esconderia.”

A busca da inclusão social é algo importante apontado pela entrevistada, sendo continuamente perseguida nos grupos e comissões que ela participa. No entanto, ela aponta que as demandas de cada grupo são diferentes e que ela não pode ser a voz de todos os grupos. A entrevistada fez um relato de uma situação em que outro grupo cigano abordou o secretário do governo em uma conferência e disse que ela não os representava. Esta questão de representação foi abordada em outra entrevista e reforça a percepção da dificuldade em agregar os grupos. Para o governo é grande o desafio de articular as demandas e consolidar uma política pública unificada.

Ao ser questionada sobre as disputas e dificuldades de relacionamento entre os grupos ciganos, a entrevistada relata que essas divergências são normais, dado que os grupos se dividiram e vivem separados. No entanto, ela aponta que, mesmo com essa divisão, algumas questões culturais são muito semelhantes. A dança, as comidas, as roupas e as tendas são aspectos muito semelhantes entre os grupos e ninguém seria mais ou menos cigano devido a estas diferenças.

Os aspectos culturais são os mais relevantes para o povo. Para ela, ser cigano tem um lado místico importante. No grupo da entrevistada, aos sete anos é dado o direito às mulheres lerem a mão ou jogar baralho. Para ela e para seu grupo, isso é um dom, que não pode ser cobrado, mas essa questão é diferente entre os diversos grupos.

“Eu sempre falo que se você pergunta: você lê a mão? Eu sempre explico [que] o fator da leitura das mãos, que é um estudo, isso a gente aprende. Assim como as cartas, mas não é só isso. Tem a ligação da energia, tem muitas energias cósmicas”.

Outro ponto em relação à cultura abordada pela entrevistada foi a espiritualidade, que segue o espiritismo e a umbanda. Seu grupo é devoto de Santa Sarah, mas ela possui conhecimento que outros grupos de ciganos católicos cultuam Nossa Senhora Aparecida. Para ela, a espiritualidade é um fator muito importante para a cultura cigana. No entanto, ela possui clareza de que a escolha da religião é uma opção individual que deve ser respeitada. A questão da moradia também foi outro fator cultural relevante abordado pela entrevistada. A sua comunidade atualmente não reside mais em tendas porque o terreno da chácara em que vivem não é propício para esse tipo de moradia, mas a entrevistada relata que sente falta dessa forma de morar, mesmo que as casas tenham mais estrutura e conforto.

“(…) [a tenda] é um vínculo e diferencial, ela é fundamental, eu sinto falta. A tenda pra gente é energia com o chão, eu adoro andar descalça. Tem hora que eu tiro o sapato e ando. A partir do momento que nós mudamos de casa é bom em um sentido, mas é como se fosse quebrando um tabu da gente, com a nossa história.”

A relação homem e mulher também foi outro fator cultural abordado na entrevista. Ela relatou como as mulheres possuem atividades restritas em algumas comunidades ciganas. Em geral, a liderança dos grupos é de uma figura masculina, e o trabalho doméstico fica bastante restrito às mulheres.

“(…) mas é bem parecido com o nosso, ainda tem preconceito dentro do nosso próprio grupo. Os homens não querem que as mulheres saiam daquela rotina. Mas no meu grupo as mulheres agora já participam, então a gente também foi quebrando o tabu.”

Ainda sobre o relacionamento homem e mulher, a entrevistada contou como algumas questões culturais estão sendo modificadas entre os grupos ciganos, e a participação social é uma dessas mudanças. A outra mudança relatada foi a realização de uniões com pessoas de fora da comunidade. Historicamente, o casamento fora do grupo não era permitido, hoje essas uniões são respeitadas e aceitas em determinados grupos ciganos. Essas questões

foram consideradas pela entrevistada como conquistas que proporcionam maiores liberdades.

“O pai das [minhas] crianças é africano, houve essa mistura também, foi outra quebra de tabu. Não sei se vocês sabem, porque a gente não podia casar, só podia casar dentro do grupo mesmo e quando queria casar com outra pessoa era até expulso. Hoje em dia já tem essa diferença, já é mais aceitável, o nosso lado aceita alguém de fora, antes não aceitavam, mas a liberdade para gente é fundamental.”

Por fim, perguntou-se sobre a principal fonte de renda da comunidade. Entre o grupo que ficou em Brasília, a principal fonte de renda advém do trabalho no serviço público, mas, entre o grupo que foi para Porto Alegre, a principal fonte de renda é a produção de artesanato. Este grupo Rom trabalha prioritariamente com produção de porcelana e com materiais de fibras. Eles normalmente fazem peças para cozinha, mas também produzem quadros e outros artesanatos. A produção artesanal é um fator importante para o grupo, sendo repassado de geração para geração.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre os povos ciganos no Distrito Federal, suas tradições, origens e demandas, envolveu um desafio técnico devido à escassez de dados disponíveis para o estudo desses povos. Destaca-se que não se trata de um estudo representativo para todos os ciganos, mesmo porque um estudo dessa dimensão demandaria uma amostra representativa da população, informação indisponível no Brasil. Os resultados aqui apresentados retratam informações específicas sobre os grupos estudados.

Inicialmente, a literatura levantada no segundo capítulo buscou compreender e contextualizar alguns traços característicos das tradições ciganas. O esclarecimento acerca de alguns dos seus costumes e práticas possui importância crucial quando se tem o objetivo de combater o preconceito. Ao mesmo tempo, identificar os ciganos como comunidade tradicional consiste, na sua essência, em reconhecer suas formas próprias de organização social, ocupação do território e utilização dos recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. E reconhecer, também, que isso é feito utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas por tradição. Sendo assim, destaca-se a importância do reconhecimento formal da sua existência e das suas especificidades, bem como dos processos históricos que culminaram na atual situação de discriminação étnica e de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada por alguns.

Os ciganos registrados no Cadastro Único apresentam características comuns a minorias: são pardos, jovens, com pouca ou nenhuma instrução e trabalhadores por conta própria ou rural. No Distrito Federal, esses residem predominantemente em áreas rurais, na sua maioria em locais improvisados ou coletivos. Há grande necessidade de melhoria do seu acesso a serviços básicos e infraestrutura, identificando-se um alto grau de vulnerabilidade tanto individual quanto domiciliar da população registrada. O grau de cobertura do Programa Bolsa Família corresponde a 90% no Distrito Federal.

Quanto aos depoimentos, três pontos são encontrados de forma transversal: a preocupação em não se permitir que as tradições pereçam, a realidade de convivência com o preconceito e, vinculada a isso, a demanda por inclusão social. Suas características gregárias são muito presentes na comunicação entre famílias e acampamentos, feita sob um intenso grau de familiaridade. Tratados entre si como primos, muitos ciganos preferem enfrentar piores condições de moradia em nome da preservação das tradições, vivendo com sua comunidade, a buscar individualmente seus objetivos, ainda que essa segunda opção possa representar maior conforto.

Por outro lado, os ciganos se encontram empregados nos mais diversos setores da economia, residem nas mais diversas regiões do DF, são adeptos a diferentes crenças, frequentam variadas instituições e pertencem às mais diversas faixas de renda. Em decorrência disso, suas demandas, no que tange à política pública, também são altamente divergentes. E a ausência de uma liderança que seja representativa a todo o grupo – tanto no DF quanto no Brasil – é um obstáculo ao processo de identificação das suas reivindicações. Pode-se dizer que o que lhes une, portanto, é essencialmente o combate ao preconceito.

Por fim, é importante destacar que este trabalho contou com a colaboração de membros da comunidade cigana que compartilharam suas realidades pretendendo a

valorização de suas tradições. A heterogeneidade e ausência de unicidade das suas demandas podem representar uma dificuldade, mas não um obstáculo intransponível à ação da política pública voltada a essa comunidade. Não se pode ignorar que a situação de vulnerabilidade encontrada em parte da população sob análise tem forte relação com a desigualdade de renda presente em outras comunidades tradicionais e minorias. Sendo assim, é um desafio à política pública conciliar medidas de combate à desigualdade a mecanismos que garantam seus direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais, sempre respeitando, valorizando e preservando suas identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREICHA, L. C. F. **Educação e exclusão social: a perspectiva dos ciganos e dos não ciganos**. Brasília: UnB, 2013.

CASTRO, D. S. **O olhar de si e o olhar dos outros: um itinerário através das tradições e da identidade cigana**. Rio Grande do Sul: PUC, 2011.

GUIMARÃIS, M. T. S. **O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 29 nov. 2012.

MDS — MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE

À FOME. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**, 2012.

MOONEN, F. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. 3. ed. Recife: Frans Moonen, 2011.

OLIVEIRA, A. C. V. DE. **A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas**. Brasília: UnB, 1 nov. 2013.

SOUZA, L. DE *et al.* Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. **Liberabit**, v. 15, n. 1, p. 29–37, jun. 2009.

TEIXEIRA, R. C. **História dos Ciganos do Brasil**. 1. ed. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

Comitê Editorial

LUCIO RENNÓ

Presidente

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
(Respondendo)

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas

ALDO PAVIANI

Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

ANTÔNIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO

Diretor Administrativo e Financeiro

Abimael Tavares da Silva

Gerente de Apoio Administrativo

Cleimir Márcio Rodrigues

Gerente de Administração de Pessoal

Cristina Botti de Souza Rossetto

Gerente de Demografia, Estatística e
Geoinformação

Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

Iraci Peixoto

Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

Jusçanio Umbelino de Souza

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Marcelo Borges de Andrade

Gerente de Tecnologia da Informação

Martinho Bezerra de Paiva

Gerente Administrativo e Financeiro

Mônica Soares Velloso

Gerente de Estudos Ambientais

Sérgio Ulisses Silva Jatobá

Gerente de Estudos Urbanos

Revisão

Eliane Menezes

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede CODEPLAN
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



**Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão**

